

## Chicana retardou investigação sobre juiz que questionou urnas

Eduardo Cubas perde o cargo e afirma ser grato ao CNJ, pois agora é advogado

Frederico Vasconcelos

SÃO PAULO Dois processos no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) contra o juiz federal Eduardo Luiz Rocha Cubas, aposentado compulsoriamente em abril, tiveram tramitação embargada durante cinco anos.

O primeiro tem origem em 2017. Cubas questionou a segurança das urnas eletrônicas, em gravação com o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) diante do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O vídeo foi divulgado no YouTube. Cubas foi afastado cautelarmente pelo CNJ em 2018. Voltou ao cargo em 2019 por decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio Mello.

O mito da urna eleitoral vulnerável a fraudes ajudou a eleger Jair Bolsonaro (PL) presidente em 2018 e estimulou o clima que levou aos atos golpistas em 8 de janeiro.

O segundo processo, instaurado em 2021, tem origem no apoio à indicação de Abraham Weintraub para um cargo no Banco Mundial. Weintraub é o ex-ministro da Educação de Bolsonaro que, em reunião de governo, afirmou: "Eu por mim colocava essas vagabundas todos na cadeia, começando no STF (Supremo Tribunal Federal)".

Cubas presidia a minicâmara da Unajuif (União Nacional dos Juizes Federais do Brasil), em Goiás. O CNJ ainda aguarda sua defesa prévia.

A apuração no CNJ atravessou os gestos de Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber. Continua com Luis Roberto Barroso. Tereza Vianna relatou que, em reunião de governo, pretendia vir ministro do STF.

Antes disso, Cubas tinha outros papéis, pretendia vir ministro do STF. Em agosto de 2022, enviou ofício a Bolsonaro, como "primeiro interessado" na "vaga



Deputado federal Eduardo Bolsonaro e juiz federal Eduardo Cubas gravam vídeo em que questionam a credibilidade das urnas eletrônicas

decorrente da vinda de uma aposentação do ministro Cezar de Mello". Disse que foi motorista do ministro e acenou "com a possibilidade de ocupar o banco de trás agora".

O juiz federal Eduardo Cubas não trabalhou comigo, no STF, nem como motorista do veículo oficial que me atendia nem em qualquer outra condição funcional", afirma o deano aposentado.

Aquela altura, o então juiz federal tinha proximidade bastante com o ministro. No dia 11 de setembro de 2018, Cubas foi ao quartel-general do Exército, em Brasília, para entregar ofício de uma ação popular. Seu objetivo era comunicar que pretendia aprender urnas eletrônicas a serem periciadas pelo Exército dos dois dias antes das eleições.

Cubas estava de férias. Dias depois, foi a reunião no Comando do Exército, que queria "compreender melhor a demanda".

Está nos atos do CNJ: "O magistrado compareceu ao encontro, porém, ao invés de levar a decisão à profundeza

pública, portanto), entregou aos militares uma minuta e os induziu a acreditar que a decisão ainda seria prolatada".

Ocultou dos oficiais a existência de liminar já prolatada, pois queria obter o apoio da quarta Força, mas não desejava que a re (União) soubesse do conteúdo do ato até a véspera das eleições".

Sete oficiais do Exército foram ouvidos no processo disciplinar. Orelator Mauro Martins disse que "a decisão teratológica" do juiz "contribuiu para que uma parcela considerável da sociedade passasse a desconfiar das urnas eletrônicas". O conselheiro Iguaçu a conduta de Cubas ao vandalismo do dia 8 de janeiro.

Nem mesmo minuto exequivo lá no Exército com a proposta de dar uma decisão judicial, porque a decisão já estava nos atos", afirmou Cubas no interrogatório.

Orelator Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, crítico ao escândalo de dar uma decisão judicial, por que a decisão já estava nos atos", afirmou Cubas no interrogatório.

O magistrado compareceu ao encontro, porém, ao invés de levar a decisão à profundeza (e pública, portanto), entregou aos militares uma minuta e os induziu a acreditar que a decisão ainda seria prolatada

Orelator Mauro Martins disse que "a decisão teratológica" do juiz "contribuiu para que uma parcela considerável da sociedade passasse a desconfiar das urnas eletrônicas". O conselheiro Iguaçu a conduta de Cubas ao vandalismo do dia 8 de janeiro.

Nem mesmo minuto exequivo lá no Exército com a proposta de dar uma decisão judicial, porque a decisão já estava nos atos", afirmou Cubas no interrogatório.

Orelator Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, crítico ao escândalo de dar uma decisão judicial, por que a decisão já estava nos atos", afirmou Cubas no interrogatório.

Orelator Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, crítico ao escândalo de dar uma decisão judicial, por que a decisão já estava nos atos", afirmou Cubas no interrogatório.

Em defesa prévia, Cubas afirmou: "Este magistrado estava com a razão, mas a intromissão do CNJ na atuação do Poder Judiciário impediu a regular tramitação do feito [processo]".

Cubas blefou desde o primeiro requerimento. O ex-juiz é jogador de póquer em torneios na internet. Em 2018, pediu o adiamento de sessão que confirmaria seu afastamento liminar. Alegou que estava "acamado e sem condições de apresentar sustentação oral". Repetiu o truque várias vezes.

"Nunca vi um juiz tão desequilibrado", disse o conselheiro Henrique Avila. Cubas afirmou na época: "[Eu] poderia estar sendo representado por advogado, mas pelo conteúdo deste processo não vejo a menor necessidade de gastar meu salário nesse processo, pelo seu caráter surreal".

Depois, outorgou procuração ao advogado Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça. Em 8 de maio de 2022, o então relator Luiz Fernando Tomasi Reppen registrou nos autos que Aragão havia pedido, em caráter pessoal, o adiamento de audiência virtual. Ele alegou isolamento social; sua residência não possuía condições técnicas para videoconferência e seu escritório estava em reforma. Único advogado no processo, disse que "não havia urgência no ato".

Reppen indeferiu. Sugeriu que participasse da audiência pelo celular. O ato foi adiado, para garantir a ampla defesa. Em 16 de outubro de 2022, Reppen registrou o "quarto pedido de adiamento apresentado, mais uma vez, à véspera do interrogatório do acusado, acompanhado de atestado médico". Repetiu o pedido.

Em 16 de janeiro de 2023, Mauro Martins pediu para o TRF-1 confirmar se havia sido realizada perícia do juiz por (uma médica) (o tribunal chegou a informar que não conseguiu localizar o juiz).

Em maio, Martins designou audiência do general de Brigada Ricardo de Castro Trovati (testemunha requerida pela acusação), além de Cubas e três servidores da vara.

Na sessão que puniu o juiz, Aragão disse que não havia nada de errado em Cubas notificar uma autoridade militar no QG. O corregedor nacional Luis Felipe Sal-

mão disse que "a defesa ainda tenta colorir a atividade do magistrado".

Cubas indicou como testemunhas Jair Bolsonaro, Dias Toffoli, Humberto Martins, Maria Tereza de Assis Moura, Eduardo Bolsonaro, Abraham Weintraub, Jayme Martins de Oliveira Neto e Candice Lavocat Galvão Jobim. Os Bolsonaro foram indeferidos, "por serem irrelevantes para a análise dos fatos", Toffoli, Martins e Candice, conselheira do CNJ, "por serem julgadores".

Candice foi vice-presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil). Cubas pretendia demonstrar "solidariedade de sua atuação institucional na Unajuif".

A Unajuif foi solidária com a greve dos caminhoneiros e concedeu medalha a Wilson Wirtel pela "defesa dos direitos humanos". O ex-governador do Rio foi denunciado à ONU e à OEA pelo recorde de mortes em operações policiais. Cubas defendeu a presença do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, num palanque ao lado de Bolsonaro — ambos sem máscara anti-Covid.

A Unajuif foi criada em 2014, quando Cubas perdeu a eleição para a presidência da Ajufe.

Salomão disse que o juiz usou "uma associação de fachada".

juiz afirma que ação teve prazo razoável e agradece ao CNJ

OUTRO LADO

Por email, Eduardo Cubas disse que tem profundo agradecimento pela decisão do CNJ e "intenso respeito pela corte, pois agora é advogado". afirmou que "nesses processos, as nulidades são coisas do passado".

"O processo teve a duração razoável, como deveria ter", acrescentou.

Sobre o apoio a Abraham Weintraub, a defesa afirmou que "ficou claro na instrução que se trata de ato associativo que contou com o voto de todos da diretoria [da Unajuif]".

Nos autos, Cubas disse que, uma vez condenado à apenadora compulsória, não faria sentido o prosseguimento do processo disciplinar para "responsabilizá-lo".

Eugênio Aragão não se manifestou sobre as razões finais.

## Empresário de Londrina é 1º denunciado sob acusação de financiar 8/1

Fabio Victor

SÃO PAULO O empresário Pedro Luis Kurunczi, de Londrina (PR), é o primeiro denunciado sob a acusação de financiar os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023.

A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) no último dia 14 de dezembro, mas, como o processo corre sob sigilo no STF (Supremo Tribunal Federal), o órgão omitiu o nome do denunciado ao divulgar a notícia.

A Folha apurou que se trata de Kurunczi. Ele é acusado de fretar quatro ônibus que transportaram 128 passageiros a Brasília, parte dos quais participantes da intencional bolsonarista, além de organizar alguns dos grupos que atacaram as sedes dos três Poderes.

Segundo a denúncia, o MPF, o empresário cometeu cinco crimes: abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, associação criminosa armada, dano qualificado mediante violência ou grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Caso condenado, ele enfrenta crimes, as penas somadas

podem passar de 30 anos de reclusão. A denúncia ainda não foi apreciada pelo STF, até porque foi apresentada pouco dias antes do início do processo do Judiciário.

Antes de os ministros julgarem a denúncia (que só é aceita depois de 30 dias), o apurador tem que apresentar sua defesa prévia num prazo de 15 dias, mas no recesso essa contagem é interrompida.

A reportagem ligou para a casa de Kurunczi e fez contato com o escritório de advocacia que o defende, mas não conseguiu falar com ele nem teve resposta aos recados deixados.

Conforme a denúncia, o empresário residente em Londrina iniciou, em grupos de aplicativos de mensagens, a subversão da ordem da organização do transporte para Brasília. No início de janeiro, ele enviou mensagens informando que alguns



Manifestantes durante confronto com a polícia na praça dos Três Poderes, em Brasília. Pedro Ladeira - 8 jan 23/FolhaPress

ônibus saíram de Londrina no dia 6 de janeiro, para uma "tomada" do Congresso Nacional e "o tom de deboche" da assessoria do MPF.

"Em outra mensagem, evidenciou sua ampla adesão e

concretização dos atos, uma vez que estava empenhado em garantir arrecadações para pagar as despesas, inclusive de alimentação, das pessoas que iriam à Capital Federal". Um dos passageiros dos ônibus fretados por Kurunczi foi

Orlando Ribeiro Junior, preso no Palácio do Planalto no dia 8 e já condenado pelo STF a três anos de prisão.

A denúncia de Kurunczi foi um dos últimos atos do sub-procurador-geral Carlos Frederico Santos na função de coordenador do Grupo Estratégico dos Atos Antidemocráticos. Nomeado por Augusto Aras, ex-procurador-geral da República, ele colocou o cargo à disposição ao novo PGR, Paulo Gonet.

Sob a coordenação de Carlos Frederico, o grupo denunciou 1.433 pessoas, sendo 1.136 incitadores, 248 executores, 8 agentes públicos e 1 financiador.

O nome de Kurunczi já havia aparecido como réu nas ações civis públicas com pedido de indenização de dano moral coletivo movidas pela AGU (Advocacia-Geral da União) contra financiadores do 8 de janeiro — tanto em uma de R\$ 20 milhões, quando em fevereiro, em que foram pedidos R\$ 20 milhões, quando em março no valor de R\$ 100 milhões, bem como numa terceira, de janeiro, em que pede o bloqueio de bens de 35 pessoas, no valor de R\$ 6,5 milhões.

O relatório também consta no relatório final da CPI do 8/1 na lista de financiadores para pagar as despesas, inclusive de alimentação, das pessoas que iriam à Capital Federal". Um dos passageiros dos ônibus fretados por Kurunczi foi

Londrina. Uma mulher disse que ele não estava e que não tinha nada a falar. Desligou abruptamente.

Também tentou contato com a advogada Ana Paula Delgado Barroso, defensora dele, mas ninguém atendeu nem no telefone do escritório nem no celular corporativo e nem respondeu ao email enviado.

Quando a AGU moveu a ação pedindo o bloqueio de bens de envolvidos no 8 de janeiro, a advogada disse à Folha de Londrina que seu cliente não compactua com nenhum ato de vandalismo, que não tinha como saber que ocorreriam os ataques e que o financiamento dos ônibus foi feito por meio de vaquinhas virtuais, pois Kurunczi não teria dinheiro para fazê-lo por conta própria.

"Ele estava participando da manifestação em frente ao Tiro de Guerra aqui em Londrina e quando surgiu essa intenção de todo mundo ir a Brasília protestar, eles se cotizaram. Fizeram vaquinha ou transferência por Pix. Alguém fez o frete e os ônibus, porque isso não poderia ser feito em nome de 45 pessoas".

"Evidentemente é contra atos de vandalismo, como toda a sociedade de bem que se sente. Em mais de dois meses, as manifestações sempre foram pacíficas e não havia indício de que essa seria diferente."